

REFLEXÕES COM ESTUDOS SOBRE PERMANENCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR E AGENDA PARA PESQUISAS COM ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO

JHONY PEREIRA MORAES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

LISIANE QUADRADO CLOSS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

SILAS DIAS MENDES COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

REFLEXÕES COM ESTUDOS SOBRE PERMANENCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR E AGENDA PARA PESQUISAS COM ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Santos et al. (2013), a melhoria nas taxas de conclusão de cursos da educação superior brasileira indica a necessidade de se analisar o trajeto acadêmico de estudantes, direcionando olhares para a permanência no curso. Nesse contexto, as discussões sobre a permanência estudantil são relevantes, e vão ao encontro do interesse de pesquisadores, gestores e de movimentos sociais, que há algum tempo no país têm indicado a necessidade de se compreender as condições mínimas para o não abandono do curso pelos estudantes (ALMEIDA, 2007).

Estudos sobre permanência de estudantes em cursos superiores (ALMEIDA, 2007; BARBOSA, 2015; MAGALHÃES, 2015; SILVA, 2017; ARIÑO; DALVAN, 2018; FELINTO, 2019; MACIEL; CUNHA; LIMA, 2019) enfatizam que as dificuldades materiais que impactam sobre a decisão e as possibilidades de permanecer já são conhecidas, a exemplo dos problemas financeiros e dificuldade em conciliar trabalho e estudo (ARIÑO; DALVAN, 2018), porém identificar e discutir sobre as dificuldades simbólicas e culturais é tão importante quanto as dificuldades materiais, permitindo um entendimento mais amplo desse fenômeno.

A permanência estudantil, assim como o ingresso na educação superior, ainda pode ser considerada um obstáculo, mesmo que se perceba investimentos públicos e privados orientados à democratização do acesso, tais como as bolsas de estudos, o sistema de créditos financeiros (como o SISU¹) e os programas estudantis governamentais (PROUNI² e SISU). Esse cenário também é reflexo do quadro histórico de desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais no país, atrelado ao processo de massificação do ensino em áreas de formação nas quais os cursos podem ser ofertados a partir de uma estrutura física e de pessoas de baixa complexidade, como é o caso dos cursos de Administração, Pedagogia e Direito – os três principais cursos que concentram a maior quantidade de matrículas no Brasil (BERTERO; 2006; FONTELE; CRISÓSTEMO, 2016; INEP, 2019).

Neste artigo, as discussões tem como foco apenas o curso de Administração. A escolha pelo curso em questão justifica-se a partir de dois aspectos: o primeiro é que os pesquisadores possuem formação na área, o que indica familiaridade com o percurso acadêmico do curso; e o segundo, considera que o curso de Administração se configura como um dos campos de formação mais exponenciais em relação ao número de especializações, mestrados e doutorados (BERTERO, 2006; INEP, 2019), assim também apresentando-se entre os dez principais cursos com inscrições no PROUNI e no SISU (SOUZA; GONÇALVES; SOUZA, 2017).

Quando se propõe a análise de fatores simbólicos e culturais da permanência estudantil, estar-se-á contribuindo para o entendimento efetivo do fenômeno (ALMEIDA, 2007), sob a qual existem diferentes dimensões de análise (materiais, culturais, simbólicas e psicológicas) e influências, tais como a formação cultural que o estudante carrega ao sistema universitário e aquela valorizada nesse ambiente; e a influência da socialização familiar na trajetória do indivíduo e no ambiente acadêmico (ARIÑO; DALVAN, 2018). Por essa razão, atentar-se a essas questões, é estar sensível à rotina dos estudantes, principalmente aqueles oriundos dos meios populares, em meio à ampliação dos ingressos na educação superior.

Diante disso, este estudo tem por objetivo refletir sobre a importância de estudos voltados à permanência estudantil tendo como referência o curso superior em Administração. Autores como Felicetti (2014), Silva (2017) e Moraes (2019) têm focalizado no acesso e na conclusão do curso. Outros autores, apesar de discutir a permanência estudantil, têm priorizado os aspectos materiais (FELINTO, 2019; MACIEL; CUNHA; LIMA, 2019). Neste sentido, observou-se uma lacuna teórica no que refere aos estudos sobre permanência, isto é, a escassez

de pesquisas que focalizem os fatores simbólicos e culturais (ALMEIDA, 2007). Sendo assim, a proposta deste artigo tem como potencial contribuição teórico-conceitual a reflexão sobre a necessidade de estudos desta natureza.

Assim, o estudo está organizado do seguinte modo: esta primeira seção, de introdução, que contextualiza a pesquisa e apresenta seu objetivo; a segunda seção, que faz um resgate histórico da formalização dos cursos superiores em Administração no país; a terceira, que apresenta questões conceituais e estudos sobre a permanência estudantil; a quarta seção, que sintetiza as discussões sobre o tema e sinaliza possibilidades de pesquisa e, por fim, as considerações finais e listagem de referências

2. HISTÓRIA E ESTATÍSTICAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Antes da formalização dos cursos superiores em Administração no país, as Escolas de Comércio, na primeira metade do século XX, assumiram papel relevante na disseminação dos saberes administrativos em negócios públicos e privados. Foi em 1905, com o surgimento da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, da Academia de Comércio de Juiz de Fora e da Escola Prática de Comércio de São Paulo (em 1902), que o ensino comercial foi instituído definitivamente. Essas escolas ofereciam cursos voltados a pessoas de renda baixa ou intermediária, formando-as para posições técnicas ou operacionais da esfera pública e privada. Diante disso, dirigentes da elite brasileira não frequentavam tais formações, restringindo-se, portanto, àqueles em vias de ascensão econômica (BARROS, 2017).

A regulamentação dos cursos em Administração pelo Governo Federal ocorreu somente em 1965. Contudo, até o fim dos anos 1950, formações eram oferecidas pela Escola Superior de Administração e Negócios (ESAN), pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – porém, apenas a EBAP, a EAESP e a UFMG atendiam às normas do Ensino Superior vigentes à época. Destaca-se também que os cursos superiores em Administração se destinavam inicialmente à área pública, haja vista as demandas do Estado e a dúvida quanto à necessidade de formações para a administração de empresas (BARROS, 2017).

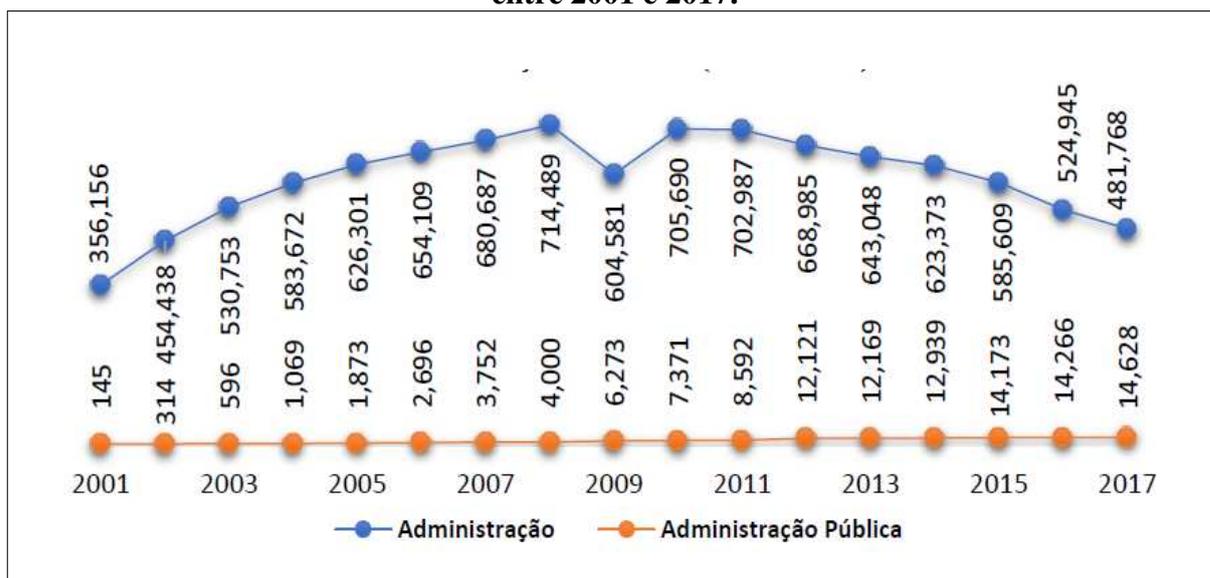
Os cursos superiores em Administração no Brasil foram forjados a partir de uma lógica de ensino norte-americana, decorrentes de acordos de cooperação com os Estados Unidos entre os anos 1940 e 1950 (BARROS; CARRIERI, 2013) que ainda se faz presente. Os acordos envolviam a EBAP e a EAESP (ambas vinculadas à Fundação Getúlio Vargas – FGV) – consideradas pelos EUA como modelos para outras escolas no Brasil e na América Latina – e pretendiam a consolidação do curso em quatro universidades federais (no Estado da Bahia, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Estado de Pernambuco).

Contudo, permaneceram no programa as instituições federais da Bahia e do Rio Grande do Sul. O apoio à EBAP pelos Estados Unidos foi intermediado pela Organização das Nações Unidas (ONU), haja vista o seu programa de expansão das escolas de Administração, não estritamente superiores, em países subdesenvolvidos (BARROS; CARRIERI, 2013). O intuito do primeiro acordo, datado de 1946, era o de equiparação das escolas técnicas nos estados brasileiros sob a importação de teorias, modelos de escolas superior e de formação de professores. Os acordos posteriores tratavam do envio de pessoal técnico norte-americano para o Brasil, do treinamento de pessoal no país e a concessão de bolsas nos EUA (BARROS; CARRIERI, 2013).

Com a proliferação das escolas de Administração no decorrer dos anos nota-se que as carreiras plenas na área (as posições ascendentes à alta direção e cargos mais estratégicos, geralmente em multinacionais ou em grandes corporações) tendem a ser realizadas por profissionais formados em escolas ditas de primeira linha, constituídas por indivíduos mais escolarizados, de elevado estrato social e com uma rede de relacionamentos mais qualificada

(BERTERO, 2006). Sobre o número de matrículas no curso, Moraes (2019) faz uma sistematização dos dados do curso de Administração disponibilizados pelo INEP nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior entre os anos 2001 e 2017, coletando dados acerca do ingresso, matrículas, concluintes e modalidades de ensino (presencial e educação a distância) nas esferas pública e privada para os cursos de Administração e Administração Pública, tal como representado na figura 1, a seguir:

Figura 1 – Matrículas nos cursos presenciais de Administração e Administração Pública entre 2001 e 2017.



Fonte: Adaptado de Moraes (2019).

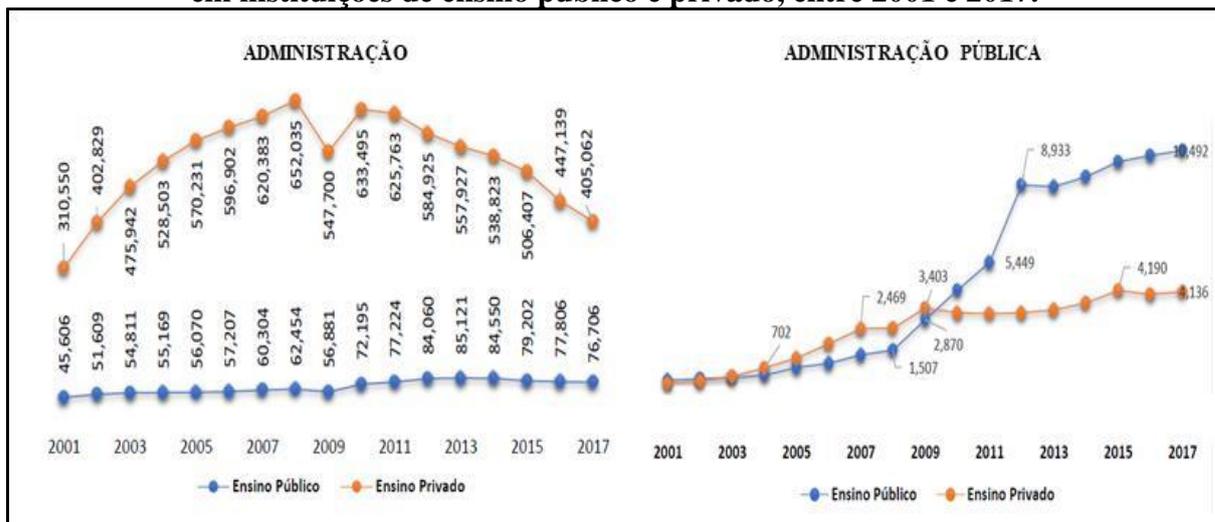
A Figura 1 mostra uma visão geral da trajetória dos cursos de Administração e Administração Pública quanto ao número de matrículas presenciais entre os anos de 2001 e 2017. O curso de Administração apresenta uma tendência de crescimento entre 2001 e 2008, com um crescimento do número de matrículas em mais de 50% (de 356.156 para 714.489 matrículas). Entre 2008 e 2009 há um decréscimo das matrículas, retomando o crescimento em 2010. Entre 2010 e 2017, há uma curva que indica tendência de redução gradativa dos alunos matriculados. Em contrapartida, o curso de Administração Pública manteve-se em crescimento constante no mesmo período analisado (2001 a 2017).

Moraes (2019) traça ainda um comparativo entre a quantidade de matrículas em cursos presenciais em Administração e Administração Pública, considerando instituições de ensino públicas e privadas. No ensino público, a tendência de crescimento do **curso de Administração** é menos acentuada quando comparada ao ensino privado (figura 2). No primeiro caso (ensino público), o número de matrículas salta de 45.606 em 2001 para 76.706 em 2017. No segundo (ensino privado), o quantitativo de matrículas inicial é de 310.550 em 2001 e 405.062 em 2017. Nas duas situações há um crescimento até 2008. Em 2009 ocorre a diminuição do número de matrículas tanto no ensino privado, quanto no público e, a partir de então, observa-se uma redução de alunos matriculados, sendo que isto ocorre de forma mais substancial no ensino privado, que tem uma diminuição de 228.433 alunos quando comparada a quantidade de matrículas em 2010 e 2017 (figura 2).

Para o curso de **Administração Pública**, a quantidade de matrículas segue uma dinâmica diferente do curso de Administração, conforme indicado na figura 2. Nas instituições públicas e privadas, por exemplo, não há uma redução no número de alunos matriculados entre 2008 e 2009 e a curva de crescimento em ambos os casos é mais evidente. Em 2010 a quantidade

de alunos matriculados no ensino público passa a ser superior ao ensino privado e essa diferença tornar-se maior a cada ano depois até 2017, onde a diferença é de mais de 10.000 matrículas. No ensino público, a quantidade de matrículas salta de 5.449 em 2011 para 8.933 em 2012 ao passo que no ensino privado a média aproximada de alunos nesse mesmo período de pouco mais de 3.000 alunos (MORAES, 2019). Esses indicadores são reflexos das políticas de inclusão no ensino superior e estão representados na figura 2, a seguir.

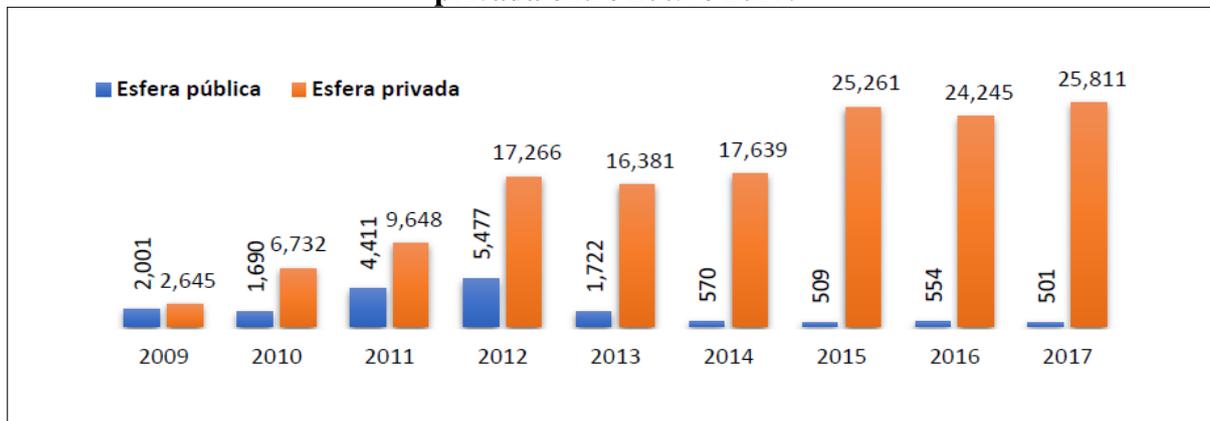
Figura 2 – Matrículas nos cursos presenciais de Administração e Administração Pública em instituições de ensino público e privado, entre 2001 e 2017.



Fonte: Adaptado de Moraes (2019).

Além do acesso, observou-se também a quantidade de concluintes nos cursos de Administração e Administração Pública, na esfera pública e privada tendo como referência os dados consolidados por Moraes (2019). Para o **curso de Administração**, verificou-se uma tendência de crescimento dos concluintes entre 2009 e 2012 na esfera pública. A partir de então há uma redução em quase um quinto do número de concluintes quando comparado o ano de 2012 (5.477) e ao de 2017 (501). Por sua vez, no âmbito privado há um crescimento médio de 2009 até 2017 no número de concluintes. Entre 2015 e 2017 a quantidade de alunos concluintes em instituições privadas é substancialmente maior do que nas instituições públicas. Esses dados constam na figura 3, a seguir.

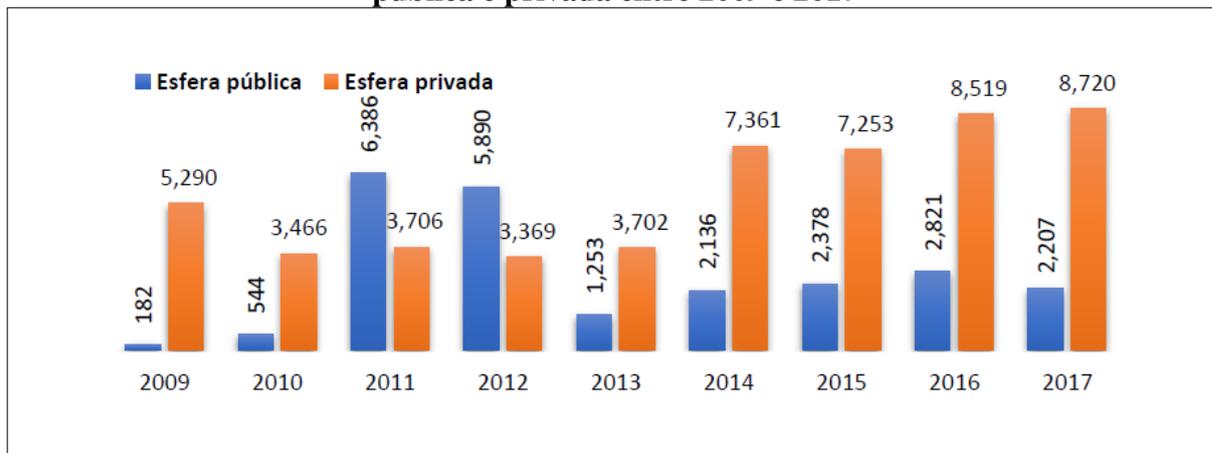
Figura 3 - Concluintes nos cursos à distância em Administração nas esferas pública e privada entre 2009 e 2017.



Fonte: Adaptado de Moraes (2019).

Moraes (2019) sistematiza essas mesmas informações para os concluintes do curso de **Administração Pública**. Na esfera pública os anos de 2011 e 2012 apresentam números mais expressivos quando comparados aos anos seguintes, em que há uma queda na quantidade de concluintes em 2013 e uma leve recuperação nos anos subsequentes. No âmbito privado a queda mais acentuada ocorre entre 2009 e 2010, onde a quantidade de concluintes cai de 5.290 para 3.466. Nos anos subsequentes há uma recuperação, sendo que em 2014 o aumento de concluintes na esfera pública é consideravelmente maior que os anos anteriores (figura 4).

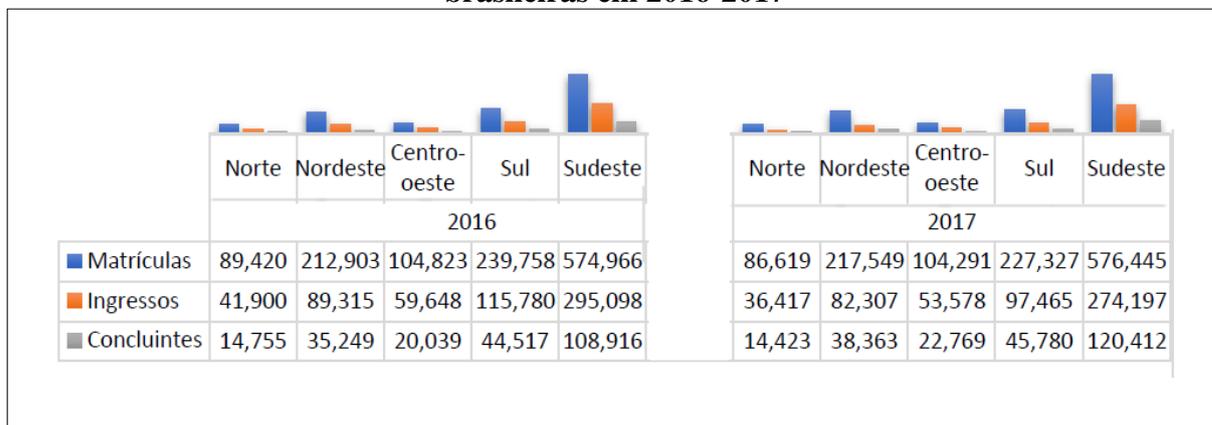
Figura 4 - Concluintes nos cursos à distância em Administração Pública nas esferas pública e privada entre 2009 e 2017



Fonte: Adaptado de Moraes (2019).

A importância dos estudos voltados à permanência estudantil no **curso de Administração** passa a ser percebida quando se compara a quantidade de alunos matriculados, de ingressantes e de concluintes. Na síntese de dados apresentada por Moraes (2019), que tem como referência os anos de 2016 e 2017, este comparativo é feito por região do país. O autor sinaliza que “não são disponibilizados dados estratificados por área e modalidade dentro dos cursos oferecidos em nível superior quando classificados por região brasileira. Ou seja, não há separação por tipos de curso (Administração e Administração Pública, por exemplo), nem por modalidades (presencial e a distância)” (MORAES, 2019 p.63). Desta forma, as Sinopses Estatísticas da Educação Superior foram consideradas tal como os dados disponibilizados pelo INEP, tal como representado na figura 5.

Figura 5 - Matrículas, Ingressos e Concluintes no curso de Administração nas regiões brasileiras em 2016-2017



Fonte: Adaptado de Moraes (2019).

A Figura 5 organiza o número de matrículas, ingressos e concluintes em cada uma das regiões brasileiras para os anos de 2016 e 2017, visto que os dados do Censo da Educação Superior não foram disponibilizados de forma estratificada para cada modalidade do curso anteriormente apresentada. A região Sudeste é aquela que apresenta maior quantitativo de alunos nas três categorias de análise, sendo 574.966 e 576.445 matrículas, 295.098 e 274.197 ingressos e 108.916 e 120.412 concluintes, respectivamente, em 2016 e 2017. Na sequência está a região Sul, com 239.758 e 227.327 matrículas, 115.780 e 97.465 ingressos e 44.517 e 45.780 concluintes em 2016 e 2017, nessa ordem. Dentre todas as regiões, o Norte possui a menor participação no quantitativo geral (MORAES, 2019).

Em termos proporcionais, quando considerada a relação entre o número de matriculados e de concluintes, a região norte apresenta menores percentuais em relação a outros estados, 16,50% em 2016 e 16,65%, em 2017. Comparativamente, essa proporção entre matriculados e concluintes apresenta aumento para todas as regiões tomando como referência o ano de 2016 em comparação a 2017. Em 2016 os valores são 16,50% (norte), 16,55% (nordeste), 19,11% (centro-oeste), 18,56% (sul) e 18,94% (sudeste). Em 2017 tem-se, respectivamente, os seguintes percentuais por região 16,65%, 17,63%, 21,83%, 20,13% e 20,88%. Esses dados reforçam a necessidade de estudos que discutam a permanência dos estudantes no curso.

3. A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

É importante definir o termo permanência, pois ele contempla diferentes entendimentos (MACIEL; CUNHA; LIMA, 2019). No campo das instituições públicas de ensino, a permanência é discutida sob a ótica das políticas de permanência ou assistenciais, como estratégias de manutenção e garantia de direitos dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica (SANTOS et. al, 2013; SILVA, 2017; MACIEL; CUNHA; LIMA, 2019). Santos et al. (2013) salientam que há uma distinção entre políticas de permanência e assistência estudantil. Enquanto que no escopo das primeiras estão as diferentes maneiras de inserção plena na universidade (monitorias, iniciação científica e à docência, apoio à participação em eventos etc.), a assistência estudantil está contida nas políticas de permanência, mas possuem foco maior na garantia da frequência às aulas e em outras atividades.

Ainda no que diz respeito à distinção entre as políticas de permanência e a assistência estudantil. Santos et al. (2013) e Silva (2017) evidenciam que as políticas de permanência são pensadas para todos os estudantes, enquanto que a assistência estudantil volta-se mais ao público em vulnerabilidade social. Por outro lado, é possível ainda que o termo permanência pode estar associado à retenção de alunos, vinculação comum à esfera de ensino privado (SILVA, 2017).

A permanência também pode adquirir o sentido de ações dos estudantes para permanecer e concluir os estudos, considerando todos os obstáculos, as dificuldades da trajetória (demandas materiais e simbólicas) e os fatores motivacionais (FELINTO, 2019; MACIEL; CUNHA; LIMA, 2019). Felinto (2019) reforça que a permanência não pode ser vista apenas como um ato de persistir, mas uma possibilidade de continuar dentro. Por isso, além das questões materiais, simbólicas e culturais, a autora envolve o aspecto institucional, pois as estratégias de permanência também são dependentes da atuação ativa das instituições de ensino. Nesse contexto, confrontações individualidades-instituição são aparentes e permeiam toda a trajetória dos estudantes, dado que estes ingressam no meio universitário com experiências educacionais (desempenho escolar, por exemplo) e com características familiares (etnia, renda, valores, expectativas, status social) e pessoais prévias (MAGALHÃES, 2013).

Tibola et al. (2012) olham para o fenômeno da permanência a partir da gestão educacional, atentando para a eficiência das ações e das estratégias adotadas no relacionamento com os alunos atuais e futuros, uma vez que estreitar vínculos e relações com eles auxilia na

redução da evasão estudantil. Sobretudo porque muitas instituições de ensino superior tendem a investir na promoção de aprendizagens colaborativas e compartilhadas entre os discentes e docentes, algo que incentiva a criação de relações sociais e acadêmicas e corrobora ao aumento das taxas de permanência nos cursos. Indo além, Tibola et al. (2012) consideram relevante compreender os antecedentes da permanência nos cursos de graduação, os quais podem ser investigados de duas formas, conforme os autores: por índices de persistência ou consulta aos discentes sobre intenções e fatores de permanência.

Nagai e Cardoso (2017) sistematizam e imbricam os contextos de sala de aula e de aprendizagem à permanência, em uma perspectiva longitudinal. Os autores consideram o *background* familiar, as capacidades e habilidades e a escolaridade anterior como características de pré-ingresso ao curso superior. Essas características embasam e consolidam compromissos próprios e com a instituição e intenções com o ingresso no curso. Já em curso, o estudante depara-se com um sistema acadêmico (estrutura, normas, procedimentos etc.) e social de interação, ao qual passa por um processo de integração pessoal e normativa. Nagai e Cardoso (2017) salientam a qualidade do esforço do estudante em permanecer nesse sistema, que o leva a resultados educacionais (aprendizagem). Esses resultados são confrontados com os compromissos e com os objetivos do início da jornada desse estudante, que avalia, portanto, o resultado alcançado (permanecer ou não).

4. DISCUTINDO OS ESTUDOS SOBRE PERMANÊNCIA

Pacheco et al. (2007) ressaltam que pesquisas recentes sobre permanência devem propor a análise de aspectos socioeconômicos e políticos dos estudantes, características individuais, de conjuntura (família) e de vocação profissional, assim como acerca das estruturas institucionais (estruturas físicas e pedagógicas, didática docente) e o acompanhamento dos alunos como estratégia de evitação de possíveis abandonos de curso. Abbad, Carvalho e Zerbini (2006), Carneiro, Silva e Bizarria (2014) e Rangel et al. (2019) acompanham Darwich e Garcia (2019), Felicetti (2014) e Pacheco et al. (2007) ao evidenciarem a análise de como as vulnerabilidades acadêmicas estão interligadas e influenciam a permanência ou desistência do curso, sinalizando a compreensão sobre os laços afetivos, orientação vocacional, família, cultura e formação básica dos estudantes.

Sousa e Maciel (2016) acrescentam a importância de se pensar mecanismos e estratégias envolvendo docentes e coordenadores para o aumento da permanência dos alunos, bem como sobre os currículos, materiais didáticos e sobre a infraestrutura. Por fim, no âmbito de tais discussões, Campos et al. (2016) apontam a relevância de pesquisas que examinem não apenas os motivos para a permanência, mas também os impactos de políticas socioeconômicas sobre as decisões em permanecer.

Nesse contexto, ao pesquisarem universitários bolsistas do PROUNI, Ariño e Dalvan (2018) afirmam que a família contribui para a permanência do estudante, visto que para muitas famílias o filho é aquele que acessa pela primeira vez esse nível de ensino. Além da família, amigos e professores do ensino médio são influentes tanto para o ingresso, quanto para a permanência, pois agem como motivadores e, especificamente, os primeiros possuem uma significativa participação nas dificuldades financeiras. Questões de cunho financeiro representam um aspecto central nas decisões sobre permanência pelos universitários, pois faz-se necessário subsidiar os custos de vida (alimentação, moradia, transporte, gastos pessoais no geral) e os gastos com o curso (compra de materiais, fotocópias, taxas institucionais, entre outros).

Seabra (2019) enfatiza o peso das origens para as diferenças que atravessam as trajetórias escolares: a origem étnica, social e nacional do jovem e da sua família; o lugar de residência (subúrbio, centro da cidade, urbano, rural) e o gênero. Seabra (2019) explicita que a

escola (neste estudo, o sistema de ensino superior) tende a penalizar os estudantes de origem popular, em grande parte negros, os jovens da área rural ou oriundos de habitações precárias (do centro da cidade ou das periferias). Assim, os dilemas da permanência incidem com maior força sobre aqueles jovens residentes em cidades do interior ou mais afastados do centro da cidade. As condições de localidade do estudante também podem influenciar a sua permanência, visto os transtornos de deslocamento, a organização financeira da família e a precariedade no acesso à informação (SAMPAIO, 2011).

Muitos jovens dos meios populares evadem dos cursos superiores por diversas razões, tais como: condições socioeconômicas, baixo desempenho e reprovações, dificuldades em conciliar estudo e trabalho, perspectivas de carreira e incertezas quanto ao mercado de trabalho, didática e metodologia docentes inadequadas, carências em infraestrutura e serviços da instituição, lacunas de aprendizagem trazidas da educação básica, distância da moradia, insatisfação com o curso, vínculos fracos com colegas, professores e coordenação de curso; dificuldade de acesso a programas de assistência estudantil, (in)segurança pública e gravidez (KAMPPFF, TEIXEIRA E MENTGES, 2018).

Os resultados do estudo realizado por Silva (2017) corrobora com alguns dos resultados apresentados por Kampff, Teixeira e Mentges (2018), onde o autor destaca que algumas dificuldades para a permanência de jovens no curso superior, derivadas de sua pesquisa com jovens universitários do Complexo da Maré (no Rio de Janeiro): falta de incentivo por bolsas da instituição, ausência de um ambiente para estudo fora da instituição de ensino, conflitos internos do bairro (com impactos sobre os deslocamentos dos jovens), entendimento sobre o que se ensina, falta de apoio da família e dificuldade em conciliar atividades acadêmicas (como monitorias, extensão, iniciação científica).

Analisando o contexto da educação a distância, Carneiro, Silva e Bizarria (2014) elencam três categorias de elementos que impactam sobre a permanência no curso: fatores associados aos estudantes, associados ao curso e fatores ambientais. Quanto ao estudante, os autores destacam a performance no ensino médio, especialmente o rendimento escolar, indicado como potencializador para o bom desempenho no ensino superior e para a maior dedicação ao curso. Além disso, o conhecimento sobre informática, os hábitos de leitura e escrita, de interação com outras pessoas, a gestão dos tempos de trabalho, lazer e família são fatores tidos como influenciadores da permanência. Relativo ao curso, os autores ressaltam que programas, políticas e procedimentos adotados no curso, o apoio docente e pedagógico, a identificação com a instituição, o relacionamento com os demais colegas; e o suporte às ferramentas tecnológicas utilizadas são alguns fatores determinantes para que os indivíduos decidam permanecer estudando.

Com um olhar crítico sobre a permanência, em que pese ações institucionais (como políticas e distribuição de bolsas) e as dificuldades individuais dos estudantes, Mendes (2020) ressalta que se deve complexificar as análises sobre a não permanência, transcendendo a relação direta com as dificuldades financeiras de modo a compreender as desigualdades de classe, as violências simbólicas, as discriminações raciais, sexistas, capacitistas e de gênero (LGBTfobia) como fatores que também dificultam a permanência no sistema de ensino pelo estudante. Nesse contexto, Mendes (2020) salienta que a análise desses aspectos deve ser articulada, pois é necessário refletir sobre formas de viabilização de políticas de permanência concretas.

Quanto ao curso de Administração, Souza e Reinert (2009) realizaram uma pesquisa com 400 alunos e ex-alunos de uma universidade federal com o objetivo de verificar os motivos que os levaram a ingressar e a permanecer no curso. Relativo à permanência, os autores observaram que identificação ou satisfação com a formação em Administração e com a carreira na área, características do curso, perseverança, desenvolvimento pessoal e profissional, vontade de obter um diploma de curso superior; e melhorar a situação financeira foram aspectos latentes e motivadores da permanência, dentre outros. Além de motivadores pessoais e do próprio curso

de Administração, as condições geográficas também despertaram atenção, especialmente quanto às condições de acesso, a indisponibilidade ou ausência de transporte público ou de “caronas”. Em contrapartida, os alunos ressaltaram que as dificuldades na aprendizagem, os problemas pessoais e familiares, a ausência e tempo e de organização; e a falta de materiais para auxílio nos estudos representaram fatores centrais para a desistência da formação.

Fiuzza e Sarriera (2013) argumentam a necessidade de um modelo de análise da permanência pautado em três dimensões (pessoais, acadêmicos e contextuais) que envolva questões dos alunos e referentes aos cursos, de modo a explorar e sistematizar fatores que dizem respeito às ações dos discentes para a sua permanência no curso. Bisinoto (2016) corrobora sintetizando em três eixos motivadores para a (não)permanência dos estudantes no curso superior: as características pessoais; e as características internas e externas às instituições de ensino. O Quadro 1, a seguir resume essas características.

Quadro 1 – Fatores que contribuem a não-permanência estudantil

Características pessoais	Características internas às instituições de ensino	Características externas às instituições de ensino
<ul style="list-style-type: none"> –Habilidades de estudo; –Personalidade; –Formação escolar anterior; –Escolha precoce da profissão; –Dificuldades de adaptação à vida universitária; –Incompatibilidade entre demandas acadêmicas e do mercado de trabalho; –Desmotivação decorrente de cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; –Desinformação sobre os cursos; –Dificuldades na relação ensino-aprendizagem (reprovações constantes e/ou baixa frequência). 	<ul style="list-style-type: none"> –Currículos desatualizados e/ou alongados; –Alta exigência de pré-requisitos e pouca clareza sobre o projeto pedagógico do curso; –Questões didático-pedagógicas com critérios impróprios de avaliação de desempenho; –Falta de formação pedagógica ou desinteresse docente; –Ausência de programas institucionais de apoio e de desenvolvimento discente; –Cultura institucional de desvalorização da docência; –Insuficiente estrutura de apoio ao ensino (laboratórios, equipamentos etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> –Mercado de trabalho; –Reconhecimento social sobre a carreira na área; –Conjuntura econômica; –Desvalorização da profissão; –Dificuldades financeiras do estudante; –Dificuldades da instituição de ensino frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais; –Ausência de políticas governamentais consistentes e continuadas orientadas ao ensino de graduação.

Fonte: Adaptado de Bisinoto (2016).

Pesquisando-se na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), relevante no campo da Administração no Brasil, foram encontrados seis artigos em Administração a partir do termo de busca “permanência”, sem limitação quanto ao período de publicação, mas apenas quatro deles referem-se à permanência no contexto escolar (TIBOLA et al., 2012; ALVARENGA et al., 2012; CARNEIRO; SILVA; BIZARRIA, 2014; PACHECO; NAKAYAMA; RISSI, 2015). Quando pesquisados artigos sob o termo “evasão”, 13 estudos na área de Administração são identificados, dos quais 11 discutem a evasão de estudantes em cursos da área (ABBAD; CARVALHO; ZERBINI, 2006; NASCIMENTO; ESPER, 2009; SANTOS et al., 2011; MENDONÇA; CAMPOS; NÓBREGA, 2012; GONZALEZ;

NASCIMENTO; LEITE, 2016; COSTA; BISPO; PEREIRA, 2018; ENSSLIN et al., 2018; LOTT et al., 2018; CIELO et al., 2020) e tangenciam a análise da permanência (CARNEIRO; SILVA; BIZARRIA, 2014; PACHECO; NAKAYAMA; RISSI, 2015).

Já na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) foram encontrados 292 artigos com a palavra-chave “permanência”, sem definição de série-histórica, a partir do descritor “permanência”, porém somente três estudos (FELICETTI, 2014; DARWICH; GARCIA, 2019; MENDES, 2020) analisam esse fenômeno no campo educacional. Ainda, foram identificados 252 artigos tendo como termo de pesquisa “evasão”, sem definição o período de publicação, a partir do descritor “evasão” dos quais 73 retratam a evasão e seus desdobramentos (gestão, retenção, estratégias, motivações, entre outros) em diferentes realidades e níveis educacionais. Quanto aos eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) foram localizados 20 estudos a partir do termo “permanência”, entretanto, somente quatro trabalhos apresentados nos eventos discutem a permanência educacional (LACERDA; REIS; SANTOS, 2007; SOUZA; REINERT, 2009; PACHECO et al., 2011; PINTO; ONUSIC, 2016). Por outro lado, dos 21 trabalhos apresentados nos eventos da ANPAD, sendo o termo de pesquisa “evasão”, 12 discutem esse fenômeno no ambiente acadêmico.

Nota-se que os estudos, mesmo que sinalizem em seus títulos a palavra “permanência”, em sua maioria centralizam suas análises sobre as causas ou motivações para a evasão, assim também sobre as possibilidades de gestão e estratégias para a retenção ou diminuição das taxas de alunos evadidos ou em vias de evadir. Percebe-se que permanência é um fenômeno retratado como um contraponto à evasão, exclusivamente. Sobretudo, observou-se que permanência é um fenômeno comumente abordado em pesquisas na área da Administração em conjunto com os termos evasão, abandono, retenção e persistência – como apontam as palavras-chaves das pesquisas.

Quanto ao público investigado nas pesquisas em que a permanência é uma fator central de análise, os estudos de Felicetti (2014), Alvarenga et al. (2012), Pinto e Onusic (2016), Darwich e Garcia (2019) e Mendes (2020) perpassam discussões relevantes: a investigação sobre a realidade de jovens estudantes de escolas públicas; alunos bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI); marcadores sociais de diferença (classe, raça, gênero, sexualidade, deficiência) em articulação com políticas de reconhecimento e de redistribuição na permanência de estudantes; o direito do acesso à educação por grupos sociais menos favorecidos; e a implementação de políticas de permanência em universidades federais.

Relativo às sugestões de pesquisas futuras sobre permanência estudantil indicados pelos estudos, foi notável uma multiplicidade de caminhos. Mendes (2020) ressalta a possibilidade de novas epistemologias e problematizações quanto à presença de novos sujeitos nas universidades (grupos sociais minorizados), destacando a responsabilidade das instituições de ensino sobre a permanência dos estudantes. Felicetti (2014) aponta para a compreensão do esforço pessoal para a permanência, bem como as características do percurso até a conclusão do curso superior. Darwich e Garcia (2019) corroboram Felicetti (2014) ao salientarem que a permanência é resultante de escolhas e decisões individuais – socialmente construída e de responsabilidade compartilhada. Já Lacerda, Reis e Santos (2007) atentam para o entendimento dos fatores motivacionais para a permanência ou desistência e as implicações sobre o desempenho acadêmico, servindo como subsídio para ações pelas instituições de ensino e coordenações de curso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi refletir sobre a relevância da análise da permanência estudantil e sua interface com o curso superior em Administração, com atenção à juventude

universitária. Pode-se afirmar que estudar a permanência do estudante no ensino superior é tão fundamental quanto o seu ingresso no curso e a conclusão de sua formação. Grande parte das pesquisas, na Administração ou nos demais campos, priorizam a análise de ingressantes e concluintes buscando evidenciar dilemas, dificuldades e características dos grupos sociais. Entretanto, observa-se uma lacuna quanto à compreensão da trajetória ou do percurso de tais grupos, considerando, de igual forma, suas características, dificuldades e dilemas para permanecerem estudando.

Diante disso, acredita-se que pesquisas orientadas ao estudo desse fenômeno são importantes por diferentes razões: i) evidenciar a necessidade do olhar sobre o percurso acadêmico e sua interface com a gestão universitária, as políticas de ações afirmativas, as políticas assistenciais e com a própria agência do estudante para se manter estudando; ii) fomentar discussões e propostas concretas de iniciativas das instituições educacionais voltadas à garantia da permanência do estudante no curso superior; iii) elucidar os diferentes grupos juvenis que vivenciam o ensino superior, bem com as realidades de vida que balizam as decisões em permanecer; iv) problematizar discussões no campo da formação em Administração, uma vez que se observa características de ser um curso viável economicamente às instituições de ensino – intensificando sua proliferação e confluindo com o entendimento popular de ser uma formação genérica e de baixa complexidade (imagem que foi se consolidando ao longo do tempo), massificado e popularizado historicamente, de alta concorrência em processos seletivos (como os vestibulares e as seleções decorrentes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM), principalmente por estudantes das camadas populares.

As pesquisas sobre permanência estudantil no curso de graduação em Administração podem, entre outras possibilidades, contemplar os seguintes aspectos: diferenças étnicas, sociais e de gênero; o lugar de residência; questões financeiras; satisfação com o curso, com a formação, com a instituição, com os professores e com a carreira além de questões motivacionais dos alunos. Tais estudos podem focalizar características pessoais, características internas e externas às instituições, de forma individual ou concomitantemente. No tocante aos tipos de pesquisas, podem ser estudos de natureza qualitativa, quantitativa, mista (qualitativa ou quantitativa). Podem ser estudos de triangulação de dados, de métodos ou de teorias. Entre as possibilidades de instrumento de coleta de dados estão as entrevistas individuais ou em grupo e a aplicação de questionários. Podem ser estudos comparativos entre instituições públicas e privadas ou mesmo estudos que integrem instituições de diferentes naturezas. Por fim, é possível contemplar características locais dos alunos e/ou instituições de ensino ou mesmo pesquisas mais amplas, com amostra que tenha representatividade nacional.

REFERÊNCIAS

ABBAD, Gardênia; CARVALHO, Renata Silveira; ZERBINI, Thaís. Evasão em curso via internet: explorando variáveis explicativas. **RAE eletrônica**, v. 5, n.2. p.1-16, 2006.

ALMEIDA, O. C. S. de. **Evasão em cursos à distância: validação de instrumento, fatores influenciadores e cronologia da desistência**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social e do Trabalho) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ALVARENGA, Carolina Faria et al. Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 1, p. 55-71, 2012.

ARIÑO, Daniela Ornellas; DA SILVA DELVAN, Josiane. As Trajetórias dos Acadêmicos Bolsistas do ProUni: desafios e estratégias de enfrentamento. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 12, n. 2, 2018.

BARBOSA, Patrícia Nunes. **O processo de democratização do ensino superior no Brasil: programas federais de acesso e permanência**. 2015. 65 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BARROS, Amon Narciso de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos Ebape. br**, v. 11, p. 256-273, 2013.

BARROS, Amon. Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de Comércio e o curso superior em Administração e Finanças. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 1, p. 88-100, 2017.

BERTERO, Carlos Osmar. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BISINOTO, Gustavo Domingos Sakr. **Gestão da Permanência: um estudo sobre o perfil socioeconômico, permanência e evasão dos discentes do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UAB/UNEMAT**. 2016. 169 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - Universidade Federal de Rondônia, 2016.

CAMPOS, Larissa Couto et al. Social quotas, affirmative actions, and dropout in the Business field: empirical analysis in a Brazilian federal university. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, p. 27-42, 2016.

CARNEIRO, Teresa Cristina Janes; SILVA, Maria Aparecida da; BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. Fatores que afetam a permanência dos discentes em cursos de graduação a Distância: um estudo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Gestão e Sociedade**, v. 8, n. 20, p. 651-669, 2014.

CIELO, Ivanete Daga et al. Evasão nos cursos de Secretariado Executivo no Brasil: uma análise necessária. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 11, n. 1, p. 81-105, 2020.

COSTA, Francisco José da; BISPO, Marcelo de Souza; PEREIRA, Rita de Cássia de Faria. Dropout and retention of undergraduate students in management: a study at a Brazilian Federal University. **RAUSP Management Journal**, v. 53, p. 74-85, 2018.

DARWICH, Rosângela Araújo; GARCIA, Maria Lúcia Gaspar. Grupos vivenciais e permanência com sucesso na escola: conquista de direitos. **Revista Katálisis**, v. 22, n. 3, p. 558-565, 2019.

ENSSLIN, Sandra Rolim et al. Gestão Pública: Construção de um Modelo Construtivista para Apoiar a Escola Virtual de Administração Pública de Santa Catarina no Combate à Evasão da Capacitação a Distância. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 90-110, 2018.

FELICETTI, Vera Lucia. Comprometimento do aluno ProUni: acesso, persistência e formação acadêmica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 241, p. 526-543, 2014.

FELINTO, Jislayne Fidelis et al. **Ensino superior privado: a permanência dos estudantes que ingressaram por políticas de Financiamento Estudantil–FIES e Programa Universidade para Todos–PROUNI**. 2019.140 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2019.

FIUZA, Patricia Jantsch; SARRIERA, Jorge Castellá. Motivos para adesão e permanência discente na educação superior a distância. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, p. 884-901, 2013.

FONTELE, Tereza Lúcia Lima; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. PROUNI-pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 21, n. 3, p. 739-766, 2016.

GONZALEZ, Ricardo Alonso; NASCIMENTO, Janicleide Gonçalves do; LEITE, Luciana Barone. Evasão em cursos à distância: um estudo aplicado na Universidade Corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 67, n. 4, p. 627– 648, 2016.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior – notas estatísticas 2017 (Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED). Disponível em < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censodaeducacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>

KAMPPFF, Adriana Justin Cerveira; CÁSSIA, Rita Petrarca Teixeira de; MENTGES, Manuir José. Gestão da permanência no ensino superior: fatores de evasão e estratégias de permanência presentes nas pesquisas brasileiras. In: Conferencia Latinoamericana Sobre el Abandono em la Educación Superior, VIII, 2018, Panamá. **Anais...Panamá**, p.979-988.

LACERDA, Juliana Ramires; REIS, Sandra Melo dos; SANTOS, Nálbia de Araújo. Os fatores extrínsecos e intrínsecos que motivam os alunos na escolha e na permanência no curso de ciências contábeis: um estudo da percepção dos discentes numa universidade pública. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 27, n. 1, p. 67-81, 2008.

LOTT, A. C. O. et al. Persistência e Evasão na Educação a Distância: Examinando Fatores Explicativos. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, s. l., v. 17, n. 2, p. 149-171, 2018.

MACIEL, Carina Elisabeth; CUNHA, Mauro; LIMA, Tatiane da Silva. A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

MAGALHÃES, Juliana Gonçalves. **Evasão e permanência escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: uma memória escolar**. 2015. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MENDES, Maíra Tavares. Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 46, n. 2, p. 385-407, 2020.

MENDONÇA, C. M. C. D., SOUZA, T., CAMPOS, D. F., & NÓBREGA, K. C. Análise da importância, desempenho e influência de serviços na retenção de alunos em curso de Administração. **Gestão & Planejamento-G&P**, v.13, n2, p.294-314, 2012.

MORAES, Jhony Pereira. **Inserção profissional e mobilidade social dos egressos dos Cursos de Administração no Brasil**. 2019.215 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

NAGAI, Nathália Prochnow; CARDOSO, André Luís Janzkovski. A evasão universitária: Uma análise além dos números. **Revista Estudo & Debate**, v. 24, n. 1, p. 193-215, 2017.

NASCIMENTO, Tarcilena Polisseni Cotta; ESPER, Aniely. Evasão em cursos de educação continuada a distância: um estudo na Escola Nacional de Administração Pública. **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 2, p. 159-173, 2009.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques et al. Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema universidade aberta do Brasil: uma teoria multiparadigmática. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, III, 2011, João Pessoa, **Anais...** João Pessoa, p.1-17.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques et al. Fatores que influenciam na evasão nos cursos de graduação na modalidade a distância. In: Encontro de Administração da Informação, I, 2007, Florianópolis, **Anais ...** Florianópolis, p.1-15.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; NAKAYAMA, Marina Keiko; RISSI, Maurício. Evasão e Permanência dos Estudantes de um Curso de Administração a Distância do Sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria multiparadigmática. **Revista de Ciências da Administração**, v.17, n. 41, p. 65-81, 2015.

PINTO, Flavia Patrícia; ONUSIC, Luciana Massaro. Implementação das Políticas de Permanência das Universidades Federais do Estado de São Paulo: Estudo Multicaso. In: Encontro da ANPAD, XL, 2016, Costa do Sauipe, **Anais...** Costa do Sauipe 2016, p.1-18.

RANGEL, Flaminio de Oliveira et al. Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 25, p. 25-42, 2019.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 4, p. 28-43, 2011.

SANTOS, Grasielle Aparecida Lourenço et al. A evasão no ensino superior privado: um estudo de caso em uma instituição de ensino brasileira. **Revista Ciências Administrativas**, v. 17, n. 1, p. 180-194, 2011.

SEABRA, Teresa. Desigualdades escolares e desigualdades sociais. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 59, p. 75-106, 2009.

SILVA, Fernanda Cristina da. **Gestão da evasão na EAD: modelo estatístico preditivo para os cursos de graduação a distância da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha; MACIEL, Carina Elisabeth. Expansão da educação superior: permanência e evasão em cursos da Universidade Aberta do Brasil. **Educação em Revista**, v. 32, p. 175-204, 2016.

SOUZA, Sabrina Cássia; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; SOUZA, Gustavo Henrique Dias. Vestibular x SISU: uma análise das mudanças nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UFV/CRP. **Revista Evidência**, v. 13, n. 13, 2017.

SOUZA, Saulo Aparecido de; REINERT, José Nilson. Motivação para entrada e permanência nos cursos de graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Anais...** Encontro da ANPAD, São Paulo, SP, Brasil, v. 33, 2009.

TIBOLA, Jucelia Appio et al. Antecedentes da permanência de estudantes de uma instituição de ensino superior: um modelo confirmatório. **Revista Alcance**, v. 19, n. 1, p. 83-100, 2012.

Notas:

¹ O Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi criado em 2010 sob a normativa de número 2, de 26/01/2010. Tem como objetivo a garantia da igualdade de oportunidades educacionais a grupos sociais menos favorecidas, concedendo acesso ao sistema de ensino superior público. É uma política acessada por estudantes que realizam o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), criado em 1998.

² O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado sob a Lei nº 11.096 de 13/01/2005, configura-se como uma política educacional voltada à realidade do ensino superior privado. Concede bolsas de estudo integrais ou parciais e, por outro lado, garante isenções fiscais às instituições que o adotam. O PROUNI é voltado aos egressos de ensino médio formados na rede pública ou na rede privada de ensino (na condição de bolsistas integrais e com renda per capita de três salários mínimos) que realizaram o ENEM (BEZERRA; GURGEL, 2012; MOREIRA et al., 2017).